

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM INSTITUTOS FEDERAIS E A EVASÃO COMO AGRAVANTE DA PROBLEMÁTICA DOCENTE: O CASO DAS LICENCIATURAS NO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – *CAMPUS* SALINAS

Bruna Mendes Oliveira, Hellen Vivian Moreira dos Anjos e Fernando Barreto Rodrigues
IFNMG-*Campus* Salinas – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
bruninha_eafsal@hotmail.com - helen.vivian@ifnmg.edu.br
fernando.barreto@ifnmg.edu.br

RESUMO

A lei [11.892](#) de 29/12/2008 de criação dos Institutos Federais os obriga a oferecer 20% das vagas para cursos de licenciatura. Essa ação pode ser tida como uma medida emergencial, que vem de encontro à defasagem existente no número de docentes nas áreas de ciências da natureza e matemática e acompanha a preocupação com elevados índices de evasão destes cursos. Este estudo buscou conhecer os de níveis de abandono nos cursos de licenciatura do IFNMG – *Campus* Salinas entre os anos de 2010 e 2012. Para tanto, foi feito levantamento no setor de registros acadêmicos da instituição do número de alunos evadidos nos cursos de Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química. Após a análise estatística dos dados, constatou-se que os maiores índices de evasão nos anos de 2010 e 2011 foram nos cursos de Física e Matemática e em 2012 no curso de Ciências Biológicas. No entanto, considera-se que a questão merece maiores aprofundamentos e estes serão feitos em outras etapas da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: educação profissional, evasão, licenciaturas.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM INSTITUTOS FEDERAIS E A EVASÃO COMO AGRAVANTE DA PROBLEMÁTICA DOCENTE: O CASO DAS LICENCIATURAS NO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – *CAMPUS* SALINAS

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, vivenciamos a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica com a criação de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) através da Lei [nº 11.892](#), de 29 de dezembro de 2008. Esta lei define estes estabelecimentos de ensino como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi” (BRASIL, 2008a). Essa lei, ainda, através do seu art. 8º torna obrigatório que essas instituições ofereçam 20% de suas vagas para cursos de licenciatura (BRASIL, 2008a).

Essa ação pode ser tida como uma medida emergencial, que vem de encontro à defasagem existente no número de docentes nas áreas de Biologia, Física, Matemática e Química para o Ensino Fundamental e Médio. Porém, deste cenário que se apresenta surgem perguntas, tais como: qual deve ser o perfil dos cursos de licenciatura a serem oferecidos em instituições prioritariamente de educação profissional e tecnológica? Quais as dificuldades e potencialidades desta oferta?

Neste tocante, tem-se que levar em consideração a história dos cursos de formação de professores no Brasil e, ainda, a situação da área docente como atividade profissional. A esse respeito, a literatura especializada indica um quadro de falta de professores decorrente principalmente pela pouca atratividade dos cursos de licenciatura e conseqüentemente da carreira do magistério. Além disso, historicamente, esses são cursos com elevados índices de evasão, principalmente nas áreas exatas e de ciências da natureza. (GOMES, 1998; RUIZ, RAMOS, HINGEL, 2007; SILVA FILHO, 2007).

Desta forma, o presente estudo objetiva apresentar algumas reflexões sobre a formação docente no Brasil e a recente história dos cursos de formação de professores nos Institutos Federais e relacionar tais discussões com os níveis de evasão nos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – *Campus* Salinas no período de 2010 a 2012.

2. A FORMAÇÃO DOCENTE EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

As primeiras universidades no Brasil surgiram a partir da chegada da família real ao país em 1808. Desde seu início, essas Instituições de Ensino Superior (IES) foram marcadas pelo caráter profissionalizante e excludente, extremamente elitista. Porém, em relação a

cursos de formação docente, foi apenas na década de 1930 que surgiram os primeiros cursos de licenciatura no país, com o objetivo principal de formar profissionais para atuarem no ensino secundário (GOMES, 1998). Anteriormente a esse período, “o professor qualificava-se pelos dons da oratória, considerava-se habilitado a exercer várias atividades didáticas ao mesmo tempo e lecionava várias matérias” (COSTA, 2004).

No início do período republicano encontra-se uma educação dividida de forma extremamente discriminatória entre ensino secundário propedêutico, para a classe elitista, e ensino profissionalizante, para as camadas sociais desfavorecidas. Considerava-se o ensino profissionalizante como alavanca para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, algo tão sonhado pelos republicanos da época (GONÇALVES, 2011). Já em 1930, com a revolução e golpe de estado liderado por Getúlio Vargas, surgiram novas perspectivas para a educação. Essa, mais uma vez, foi vista como essencial para o desenvolvimento que tanto se almejava para o país. Visão que foi, então, transposta para a universidade, de forma que ciência e tecnologia passaram a ser os alicerces da política educacional da época. No entanto, tais direcionamentos levaram a uma precarização da realização da pesquisa em detrimento da profissionalização, agravando a situação da universidade e conseqüentemente da formação docente (COSTA, 2004).

Uma crise instalou-se no ensino superior brasileiro e na década de 1960 o governo militar instaurou um caráter autoritário à educação e a manteve servindo aos interesses do capital e do trabalho. “Nessa perspectiva, os professores passam a ser vistos como força de trabalho, os alunos como matéria-prima e, quando formados, como mercadoria a ser lançada no mercado de trabalho” (COSTA, 2004, p.44).

Atualmente, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, reafirma a importância histórica do ensino profissionalizante, que forma técnicos e tecnólogos, que contribui para o crescimento do país. Desta forma, percebe-se o quanto que este tipo de ensino é valorizado pelos governos ao longo do tempo, e neste sentido, pode-se considerá-lo como alicerce para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Porém, ainda hoje, evidencia-se de forma quase unânime que os que compõem as classes de baixa renda são os que mais freqüentam esses cursos, assim como no início da república. No entanto, é importante ressaltar que não se pretende generalizar. E ainda, é importante destacar que o ensino profissionalizante:

Prioriza a qualificação profissional como fator de produção, em detrimento da formação humana, provocando o surgimento de um cenário que retrata a luta de classes, em busca da superação da dualidade estrutural desenhada ao longo da história da Educação Profissional brasileira. (Cruz, Jorge e Silva, 2012, p.544)

Além da formação profissionalizante, os Institutos Federais integram a “agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização” (BRASIL, 2008b, p.2). Logo, também faz parte da natureza dos IFs a oferta de cursos de licenciatura para a área de ciências da natureza e exatas. Algo que se relaciona a

defasagem de profissionais docentes nestas áreas e acompanha a própria expansão da educação básica, técnica e tecnológica.

Sendo assim, analisando a história dos cursos de formação de professores no Brasil, constata-se que estes sempre estiveram em segundo plano. Permanecendo no campo de projetos inacabados, seja por falta de concepções teóricas com bases consistentes, ou seja, pela carência de políticas públicas que realmente fossem efetivadas. (BRASIL, 2008b). E, neste contexto, observa-se que a formação docente para a educação profissional foi especialmente negligenciada pelos diferentes governos brasileiros ano após ano. Portanto, “a falta de concepções teóricas consistentes e de políticas públicas amplas e contínuas tem caracterizado, historicamente, as iniciativas de formação de docentes especificamente para a educação profissional, no Brasil” (MACHADO, 2008, p.11).

A história dos cursos de formação de professores na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica teve início a partir de 1978 com a criação dos três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Neste momento previa-se a formação de professores para atuar apenas no ensino técnico, através de cursos de complementação pedagógica para profissionais com ensino superior e formação de nível técnico médio. Posteriormente, em 1997, foi estabelecido que essas instituições também devessem ofertar cursos de licenciatura ou programas especiais de formação pedagógica com o objetivo de formar docentes para atuarem na área científica e tecnológica (FLACH, 2012).

No espaço de tempo que vai de 1997 a 2008 há uma lacuna nas discussões sobre formação de professores de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e na presença de cursos de profissionalização docente nestas instituições (FLACH, 2012). Estas questões só foram retomadas, inicialmente, com a Lei nº 11.784 de 22 de setembro de 2008, que criou a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e no mesmo ano, com a Lei [nº 11.892](#) de 29 de dezembro de 2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir de então, a Rede Federal obriga-se a oferecer 20% das vagas para a formação de professores para a educação básica e educação profissional.

É importante ressaltar que os Institutos Federais assumem um novo formato de educação que está comprometido com as necessidades deste país que é múltiplo e diverso, que está em pleno desenvolvimento e se afirma como potência no cenário mundial. Sendo assim, essas instituições se apresentam com uma singularidade especial, que está pautada na integração entre educação básica e superior perpassada pela educação profissional que permite uma flexibilidade na instituição de itinerários formativos. Pode-se dizer, portanto, que a organização dos Institutos Federais permite “o diálogo entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica (formação inicial e continuada, técnica de nível médio e de graduação e pós-graduação tecnológica), ampliando as possibilidades de formação vertical e horizontalmente” (SILVA, 2009, p.10).

Além disso, “o fundamental é assegurar que as instituições atendam às demandas sociais locais, com ênfase na garantia da qualidade do ensino que seja necessário à região”

(BRASIL, 2008b, p.2), ou seja, o compromisso maior é com as necessidades regionais de onde se encontram inseridas. Desta forma, a criação dos IFs pode ser tida como uma ação emergencial para suprir as demandas da profissão docente, o que realmente motivou a implantação destes cursos em instituições primariamente de educação profissional e tecnológica. Logo, os cursos de licenciatura dos Institutos Federais estão comprometidos:

A formar um professor destinado a atuar na Educação Básica e/ou Profissional, garantindo a construção de sólidas bases profissionais para uma formação docente sintonizada com a flexibilidade exigida pela sociedade atual, numa perspectiva integradora, dialógica e emancipatória, comprometida com a inclusão social (BRASIL, 2008b, p. 3).

Porém, existem alguns entraves e dificuldades na efetivação não só dos cursos de licenciatura nos Instituto Federais, mas também a própria criação e consolidação da identidade destas instituições que acabam de nascer no cenário nacional. Grande parte dos *campi* eram antes escolas técnicas de nível médio e precisam de uma readequação de sua estrutura física, administrativa e, principalmente, conceitual no que diz respeito a seus objetivos, características e concepções. Portanto, os IFs são cenários de um momento muito peculiar na trajetória da Rede Federal de EPT. De encontro ao que foi exposto, Flach (2012, p. 6) aponta que:

Nos últimos três anos, tem sido realizados diversos concursos públicos para dar provimento aos servidores que irão atuar nas novas unidades que foram recentemente inauguradas e nas que estão em processo de implantação. Junto a isso, surge a necessidade de criar estratégias de aproximação junto às comunidades nas quais estão sendo instalados os novos campi, no intuito de promover o diálogo e o desenvolvimento de parcerias entre o instituto federal e estas comunidades e respectivas regiões.

Percebe-se, então, que as dificuldades existem. No entanto, o tamanho da expressividade da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, leva-nos acreditar que a questão tenha ganhado novos olhares e contribuições da literatura educacional recente. Conhecer os pontos de vista formados pelos especialistas em torno da criação dessas novas instituições de ensino servirá para “formar um referencial crítico sobre o que podem vir a significar tais instituições, qual o alcance e as melhores proposições para uma formação de professores que tenha como horizonte a democratização da educação” (SILVA, 2010, p.3). Porém, o autor supracitado (2010, p.4) constata ainda que “a política de criação dos IFETs ainda não tem ocupado a preocupação das investigações sobre a formação de professores e, menos ainda, as investigações sobre a educação brasileira”, representando, ainda, um silêncio na literatura especializada.

Há, portanto, necessidade pela busca de soluções para o desafio da formação de professores nos Institutos Federais. Flach (2012, p.9) considera que “ainda são muitos os desafios a serem superados para efetivamente consolidar com êxito a oferta desses cursos” nessas instituições. Mas, a mesma autora (2012, p.8) também afirma que em “uma avaliação preliminar acerca dos “primeiros passos” dos novos cursos de formação de professores,

mostra que estão sendo desenvolvidas diversas ações que contribuirão para melhorar a qualidade destes” (Grifos do autor).

Assim sendo, espera-se que novos estudos possam contribuir para a consolidação de cursos de licenciatura que proporcionem aos futuros professores a oportunidade de vivenciar situações de aprendizagem com vistas a contribuir com a construção da identidade docente sustentada por um perfil profissional adequado à formação de professores para a educação básica e profissional, seus desafios e suas perspectivas globalizantes.

3. A PROBLEMÁTICA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ÊNFASE NO PROBLEMA DA EVASÃO

A educação promovida pelas Instituições de Ensino Superior tem como objetivo, além da formação profissional individual, atender aos interesses econômicos e sociais do país visando o seu crescimento e desenvolvimento. Desta forma, a temática formação de professores é fundamental, já que estes são figuras centrais para a consolidação da sociedade que se almeja.

A problemática da formação docente é constituída, dentre outros fatores, por: baixa procura por cursos de licenciatura e elevados índices de evasão. Gomes (1998, p.3) afirma que:

Os baixos salários, a má formação profissional, a falta de condições adequadas para o exercício profissional nas redes pública e particular de ensino são ingredientes perversos de um processo de degradação profissional que se reflete diretamente na baixa procura pelos cursos de formação de professores nos últimos anos, diminuindo sensivelmente o número de candidatos à profissão do magistério.

Aliado a todos esses fatores encontramos, ainda, no caminhar evolutivo do processo da profissionalização e do trabalho do professor mudanças significativas, tanto nos sistemas educativos e nas escolas, quanto na própria profissão docente. Todas essas modificações suscitam um processo reflexivo sobre a formação que estes profissionais recebem nos dias atuais. As alterações dos contextos de trabalho dos professores exigem mudanças na formação dos mesmos (BARROSO, 2004).

Neste sentido, a criação dos cursos de licenciatura nos Institutos Federais acompanha a perspectiva exposta acima. De acordo com Caldas (2011, p. 35), em obra que discute a criação destas instituições de ensino:

O desafio de ensinar, cada vez mais complexo, esbarra nas mãos do professor, dando maior visibilidade ao fosso existente na formação, o que torna imperativa a necessidade do aumento de cursos de licenciatura, da revisão das atuais licenciaturas, de novas licenciaturas e de programas de educação continuada para os que já se colocaram no ofício de ensinar.

No entanto, existe um problema ainda maior. De acordo com Ruiz, Ramos e Hingel (2007) a falta de professores constitui um grave problema no cenário educacional brasileiro.

Estudos hipotéticos sobre a demanda de professores para o Ensino Fundamental e Médio no Brasil realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) apontam para uma realidade preocupante de docentes, principalmente nas áreas de Biologia, Física, Matemática e Química, o que é evidenciado na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Demanda hipotética de professores no Ensino Médio

Disciplina	Ensino Médio	Ensino Médio + 2º ciclo do E.F.	Nº de licenciados entre 1990-2001
Língua Portuguesa	47.027	142.179	52.829
Matemática	35.270	106.634	55.334
Biologia	23.514	55.231	53.294
Física	23.514	55.231	7.216
Química	23.514	55.231	13.559
Língua Estrangeira	11.757	59.333	38.410
Educação Física	11.757	59.333	76.666
Educação Artística	11.757	35.545	31.464
História	23.514	71.089	74.666
Geografia	23.514	71.089	53.509
TOTAL	235.135	710.893	456.947

Fonte: RUIZ, RAMOS & HINGEL **Escassez de Professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais.** Brasília:MEC/CNE/CEB, 2007, p.11.

A partir desta realidade, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia acompanhou a preocupação governamental de formar um maior número de professores para a educação básica e educação profissional que supram os déficits da carreira docente nas áreas citadas.

Apesar de todos os esforços para combater a falta de professores, a criação de licenciaturas em instituições primariamente de educação profissional não é garantia de resolução do problema. Segundo Gomes (2000, p.94) estudos realizados pela Comissão

Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras em 1996, os maiores índices de evasão no ensino superior encontram-se nos cursos de licenciatura, destacando-se o maior percentual de evasão nos cursos de Química e Física. De acordo com Soares e Pires (2010) estudos mais recentes do INEP, realizados em 2005 e 2006, mostram que o número de alunos egressos é bem menor do que o número de alunos ingressantes nos cursos de licenciatura. E estudos realizados pelo Conselho Nacional de Educação em 2007, apontam uma carência de professores na educação básica e estimou uma demanda de 237.327 professores apenas nas áreas de ciências da natureza (RUIZ, RAMOS & HINGEL, 2007).

Gomes (1998) aponta algumas características e motivações para o abandono do curso superior, principalmente das licenciaturas, dentro das quais podemos citar: pressões familiares, expectativas frustradas, dificuldade de adaptação, falta de opção para ingressar em outro curso superior e dificuldade de conciliação com o trabalho. Além disso, segundo o mesmo autor (2010, p.100) a baixa remuneração da profissão “faz com que o aluno procure outro curso que seja mais valorizado financeiramente atendendo aos seus projetos futuros”.

4. METODOLOGIA

Este trabalho constitui apenas na primeira etapa de um estudo maior que objetiva conhecer os níveis e os fatores de evasão dos cursos de licenciatura do IFNMG – *Campus* Salinas. Em um primeiro momento buscou-se conhecer os aspectos quantitativos da evasão, ou seja, os índices da mesma nos cursos de licenciatura entre os anos de 2010 e 2012. Para tanto, foi feito um levantamento no setor de registros acadêmicos da instituição do número de alunos evadidos nos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química, nos anos citados acima. Posteriormente, realizou-se a análise estatística dos dados.

É necessária nesta pesquisa a definição de evasão que a norteou. Segundo Silva Filho *et al.* (2007, p. 642):

A evasão anual média mede qual a percentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino, em uma IES, ou em um curso que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte (ou no semestre seguinte, se o objetivo for acompanhar o que acontece em cursos semestrais). Por exemplo: se uma IES tivesse 100 alunos matriculados em certo curso que poderiam renovar suas matrículas no ano seguinte, mas somente 80 o fizessem, a evasão anual média no curso seria de 20%.

De acordo com o exposto, foram considerados alunos evadidos nesta pesquisa, aqueles que frequentaram pelo menos três meses do curso, já que a instituição ainda não possui turmas que concluíram o mesmo. Isso porque, alunos que possuem uma frequência inferior ao período de três meses não têm a percepção aprofundada das questões que são objeto de estudo. Serão considerados, ainda, como alunos evadidos, aqueles que desistiram ou pediram transferência de curso e/ou de instituição, e também que trancaram a matrícula e de alguma

forma ainda poderão retomar os estudos e concluir o curso na respectiva instituição. Portanto, considerou-se a evasão em nível de curso e não de instituição.

5. A EVASÃO NOS CURSOS DE LICENCIATURA DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – *CAMPUS* SALINAS

Temos que destacar que apesar de compartilharem os dilemas das demais instituições de ensino, a formação de professores nos IFs possui singularidades que não podem ser negligenciadas (SILVA, 2010). Logo, os cursos de licenciaturas também devem possuir singularidades que retratem o caráter profissional e tecnológico destas instituições. No entanto, definir a identidade destas e dos cursos que oferecem é algo que ainda demanda múltiplos estudos e pesquisas que estão sendo alvo da preocupação de diversos pesquisadores em vários lugares do Brasil.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – *Campus* Salinas o alvo dos estudos consiste na evasão nos cursos de licenciatura. A preocupação por pesquisar sobre este fenômeno acompanha os anseios do cenário nacional quando se fala de formação docente, principalmente porque, conhecer os fatores da evasão torna-se imprescindível para se propor melhorias e reestruturações para esses cursos no qual se está tratando.

O Instituto Federal do Norte de Minas de Gerais (IFNMG) – *Campus* Salinas “dado à sua localização geográfica, e pelos diversos cursos ofertados e voltados para a vocação natural da região, [...] tem influência em todo o Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Sul da Bahia” (IFNMG, 2013, p.475-76). Oferta os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química desde o ano de 2010 e ainda não formaram nenhuma turma. As primeiras turmas a se formarem têm a previsão de formatura para fevereiro de 2014.

Neste contexto, busca-se conhecer o percentual de evadidos dos cursos de licenciatura do IFNMG – *Campus* Salinas. Conhecer e discutir as respostas a essa pergunta é imprescindível para que se possam oferecer cursos de licenciatura que atendem aos anseios daqueles que os buscam, assim como para contribuir na mudança do cenário da educação nacional, oferecendo subsídios para que esta instituição de ensino possa identificar e sanar problemas relativos aos cursos de licenciatura ofertados por ela.

A partir dos dados disponibilizados pelo setor de registros acadêmicos da instituição (tabelas 3, 4, 5 e 6), obteve-se os índices de evasão em cada curso por ano e o total geral no período de 2010 a 2012, evidenciados na tabela 2, assim como o total de evasão levando-se em consideração todos os cursos de licenciatura do IFNMG – *Campus* Salinas.

Tabela 2 – Níveis de evasão dos cursos de licenciatura do IFNMG – *Campus Salinas*

EVASÃO IFNMG - CAMPUS SALINAS				
	2010	2011	2012	TOTAL
Ciências Biológicas	34,30%	21,05%	27,02%	27,10%
Química	48,10%	34,30%	4,20%	30,10%
Matemática	52,90%	40%	6,60%	34%
Física	52,90%	41,37%	6,60%	34%

Fonte: Elaborada pelos autores

A partir da análise dos dados apresentados, pode-se observar que os cursos que apresentaram o maior índice de evasão no ano de 2010 foram os cursos de Matemática e Física, com o mesmo índice de abandono e o curso de Ciências Biológicas teve o menor índice. Em 2011 os mesmos cursos permaneceram com maiores e menor índice. Porém, o ano de 2012 apresenta uma mudança nesse quadro. Observa-se que o curso de Ciências Biológicas apresentou o maior nível de evasão e o curso de Química o menor.

Considerando-se todos os cursos de licenciatura do IFNMG – *Campus Salinas*, o quadro geral da evasão nos diferentes anos apresenta diversos índices. Em 2010, o percentual de evasão atingiu 47,24%, o maior nos três anos analisados. Esse índice teve uma pequena diminuição em 2011, sendo que o percentual foi de 33,3%, o que corresponde a um terço do total de alunos ingressantes. Já no ano de 2012 a evasão atingiu apenas 12,4%, um nível bastante baixo quando se observa os anos anteriores. Também constatou-se que, ao longo desses anos, o curso de Ciências Biológicas teve o menor índice de evasão e, os cursos na área de exatas, os maiores.

Portanto, pode-se depreender que no decorrer dos anos três anos estudados a evasão vem diminuindo. No entanto, não se pode deixar de levar em consideração os altos índices de evasão dos cursos de Física e Matemática, verificados anteriormente. E ainda, o total da evasão nos cursos de licenciatura desde o início de sua oferta, que se constitui em 31,21%. Logo, consideramos que a questão merece maiores aprofundamentos e estes serão feitos em outras etapas da pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cursos de formação docente em Institutos Federais acompanharam a expansão da Rede Federal de Educação Profissional do governo federal. No entanto, apesar de ser uma medida de combate aos déficits destes profissionais na carreira de ensino básico e profissional, a identidade destes cursos ainda não está totalmente formulada.

Disto, decorre a necessidade de uma reestruturação dos cursos de formação docente, acompanhada da preocupação dos altos índices de abandono das licenciaturas em todo país. No caso específico do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – *Campus* Salinas, os níveis de evasão nos cursos de licenciatura podem ser considerados altos e acompanham os resultados preocupantes de diversas outras pesquisas, inclusive de estudos desenvolvidos pelo INEP a nível nacional. Diante destes resultados, parte-se para uma próxima etapa da pesquisa que buscará conhecer os fatores e as subjetividades que estão por trás da decisão dos sujeitos de evadir do curso superior.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL, Presidência da República. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Brasília, 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em 08 jan. 2013.
2. BRASIL, MEC – Ministério da Educação. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciatura dos institutos federais de educação ciência e tecnologia.** Brasília, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/licenciatura_05.pdf> Acesso em 04 fev. 2013.
3. BARROSO, J. Os professores e os novos modos de regulação da escola pública: das mudanças do contexto de trabalho às mudanças do contexto. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores.** São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.49-60.
4. CALDAS, L. A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da EPT. In: PACHECO, E. (Org.). **Instituto Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília: Fundação Santillana, 2011. São Paulo: Moderna, 2011, p.33-46.
5. COSTA, E.V. Globalização e reforma universitária: a sobrevivência do MEC-Usaid. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores.** São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.35-48.
6. CRUZ, V. M. A. C.; JORGE, C. M. & SILVA, F. F. Uma reflexão sobre a educação profissional: história e legislação sob a ótica da professora Marise Nogueira Ramos. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, Maringá, v.17, n.2, p.535-547, jul./dez. 2012.
7. FLACH, A. Os Cursos de Formação de Professores no Instituto Federal do Rio Grande do Sul: Algumas Considerações Iniciais. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9, 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2150/594>> Acesso em 10 jan. 2013.
8. GONÇALVES, I. A. Educação, trabalho e república: o processo de escolarização das atividades manuais nos anos iniciais da República brasileira. In: SOUZA JÚNIOR, H. P. & LAUDARES, J. B. (Orgs.). **Diálogos conceituais sobre trabalho e educação.** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, p.185-202.
9. GOMES, A. A. **Evasão e Evadidos: O discurso dos ex-alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura.** Marília: UNESP, 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 1998.
10. _____. Considerações sobre evasão escolar no Ensino Superior. **Revista Nuances.** Vol. VI, p. 90-106, out. 2000.
11. IFNMG, Reitoria. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.** Montes Claros, 2013. Disponível em: <

<http://www.ifnmg.edu.br/institucional/comissoes/cpa/relatorios-da-cpa> >
Acesso em 18 abr. 2013.

12. MACHADO, L. R. S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v.1, n.1, p.8-22, jun. 2008.
13. RUIZ, A. I.; RAMOS, M. N.; HINGEL, M. **Escassez de Professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e Emergenciais**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2007.
14. SILVA, C. J. R. (org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009.
15. SILVA, M. R. L. Formação de Professores nos IFETs: a política educacional e a literatura educacional recente. In: Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação, 5, 2010, Maceió. **Anais...** Maceió, Instituto Federal de Alagoas, 2010. Disponível em: <
<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/.../127> >
Acesso em 19 jan. 2013.
16. SILVA FILHO, R. L. Lobo *et al.* A evasão no Ensino Superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.132, set./dez. 2007.
17. SOARES, C. A. O. & PIRES, L. L. A. A formação de professores no Brasil e o curso de licenciatura em física do IFG Campus Jataí: um estudo sobre a evasão e repetência. In: Semana da Licenciatura, 7, 2010, Jataí. **Anais...** Jataí: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, 2010, p. 135-144.